



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



EMENDA DO PODER LEGISLATIVO AO PLDO

Nº. da Emenda

79

Tipo da Emenda:

MODIFICATIVA

Autor da Emenda:

Vereador José Clemente da Silva Corrêa

1846
CNU 0104 UN 07/07/2017 12:41

Órgão

Código Descrição

35.02 Fundo Municipal d Desenvolvimento Social

Unidade Orçamentária

Código Descrição

35.02 Fundo Municipal d Desenvolvimento Social

| Função | Subfunção | Programa | Ação |
|--------|-----------|---|--|
| 8 | 244 | 4117 - SERVIÇO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE VIOLENCIA | OFERECER LOCAL DE ATENDIMENTO DESTINADO A DAR SUPORTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA |

Descrição do Programa

OFERECER LOCAL DE ATENDIMENTO DESTINADO A DAR SUPORTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA

Descrição da Ação

MANTER OS SERVIÇOS REALIZADOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA SEM FERIR O SEU DIREITO À AUTO DETERMINAÇÃO, PROMOVENDO MEIOS PARA O FORTALECIMENTO DE SUA AUTO-ESTIMA E TOMADA DE DECISÕES COMO A DENÚNCIA

Detalhamento da Ação

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, CURSOS DE CAPACITAÇÃO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. AQUISIÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO, INCLUÍDO CESTAS BÁSICAS, ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA, AMPLIAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS E INCLUSÃO EM CADASTRO SOCIAL PARA ACESSO À MORADIA/HABITAÇÃO E EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Texto Proposto:

Descrição da Ação: MANTER, GARANTIR E AMPLIAR OS SERVIÇOS REALIZADOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA SEM FERIR O SEU DIREITO À AUTO DETERMINAÇÃO, PROMOVENDO MEIOS PARA O FORTALECIMENTO DE SUA AUTOESTIMA E TOMADA DE DECISÕES COMO A DENÚNCIA. INCLUIR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA EM PROJETOS SOCIAIS DE DESTINAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E EM PROJETOS E PROGRAMA DE DESTINAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS. GARANTIR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ASSISTÊNCIA, APOIO, ACOLHIMENTO, ALIMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA. INCLUSÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. MANTER REGISTROS E DADOS ATUALIZADOS DE ATENDIMENTOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA. INVESTIR, MODERNIZAR E AMPLIAR A REDE DE APOIO SOCIAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Detalhamento da Ação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, CURSOS DE CAPACITAÇÃO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. AQUISIÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO, INCLUÍDO CESTAS BÁSICAS, ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, AMPLIAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS E INCLUSÃO EM CADASTRO SOCIAL PARA ACESSO À MORADIA/HABITAÇÃO E EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. INCLUIR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM PROJETOS SOCIAIS DE DESTINAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E EM PROJETOS E PROGRAMA DE DESTINAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS. GARANTIR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ASSISTÊNCIA, APOIO, ACOLHIMENTO, ALIMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INCLUSÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. MANTER REGISTROS E DADOS ATUALIZADOS DE ATENDIMENTOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INVESTIR, MODERNIZAR E AMPLIAR A REDE DE APOIO SOCIAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Emendas geradoras de custos e suas respectivas compensações:

| Acréscimos à Programação | | (R\$ 1,00) |
|---------------------------------|--|-------------------|
| Natureza da Despesa | | Acréscimo |
| | | R\$ |

| Cancelamentos Compensatórios | | (R\$ 1,00) |
|-------------------------------------|--|-------------------|
| Natureza da Despesa | | Acréscimo |
| | | R\$ |

Justificativa:

1. O art. 227, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) afirma que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, demonstrando a importância de ações que garantam a atenção, o cuidado, a proteção, a assistência e ao acolhimento a criança e ao adolescente.

2. O Art. 3º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) afirma que a “criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, denotando ações efetivas do Poder Público Municipal para a observância dessa determinação.

3. O art. 2º, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) afirma que “pessoa idosa



goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”, impondo medidas e ações por parte do Poder Público Municipal para efetivação e garantia desses direitos.

4. Já o art. 2º, da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) afirma que “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”, o que demanda atenção, cuidado, acolhimento, proteção e a assistência às mulheres por parte do Poder Público Municipal.

4. O Art. 226, da Carta Magna (1988) afirma que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, o que evidentemente demanda ações efetivas do Poder Público para apoio, acolhimento e assistências às pessoas..

5. O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT) destaca que no mês de Agosto de 2023, ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana, o Ciclo de Debates sobre o Enfrentamento e Combate à Violência contra Crianças, Mulheres e Idosos, em sintonia com as determinações contidas na **Lei Municipal nº 5.520/2023**, em que as autoridades e o público que participaram do evento propuseram ações e medidas para atenção, o acolhimento, a proteção e assistência às vítimas de violência doméstica no município de Uruguaiana e a necessidade do fortalecimento da rede de apoio às vítimas.


VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA
Bancada do PDT